



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

Aos 31 dias do mês de outubro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 213/XIII/4.^a, relativa à reunião de 24 de outubro de 2018
2. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 238/XIII/2.^a - "Solicita a reavaliação do PENSE 2020, no que concerne à obrigação de atualização de conhecimentos na revalidação da carta de condução aos 65 anos".- Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)
3. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 469/XIII/3.^a - "Por um melhor serviço público, reivindicando renovação e reforço da frota TransTejo/Soflusa"- Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)
4. Apreciação e votação do Parecer sobre o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminal de GNL - PDIRGN 2017 (Período 2018-2027) - Relator: Dep. António Topa (PSD)
5. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 132/XIII/3.^a (GOV) - Autoriza o Governo a aprovar o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943
6. Apreciação e votação dos relatórios finais das Petições n.os 478/XIII/3.^a - "Solicita a realização de obras de requalificação no IP3", 495/XIII/3.^a - "Intervenção urgente no IP3, pela segurança, acessibilidade e desenvolvimento" e 504/XIII/3.^a - "Solicitam a adoção de medidas com vista à requalificação completa e adequada do IP3"- Relator: Deputado Pedro Coimbra (PS)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

7. Apreciação e votação dos relatórios finais das Petições n.os 155/XIII/1.^a - "Solicita que sejam discutidos em plenário os efeitos negativos da publicidade na sociedade portuguesa" e 197/XIII/2.^a - "Solicita que seja elaborado um estudo sobre o impacto da publicidade e dos meios de comunicação social na saúde e na educação durante a infância"- Relator: Deputado André Pinotes Baptista (PS)

8. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 213/XIII/4.^a, relativa à reunião de 24 de outubro de 2018;

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração a ata n.º 213/XIII/4.^a, relativa à reunião de 24 de outubro de 2018, que submeteu à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

5. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 132/XIII/3.^a (GOV) - Autoriza o Governo a aprovar o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943;

O Senhor Presidente da Comissão colocou à apreciação a redação final relativa à Proposta de Lei n.º 132/XIII/3.^a (GOV) - Autoriza o Governo a aprovar o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943, que foi fixada sem votos contra, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

4. Apreciação e votação do Parecer sobre o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

Armazenamento e Terminal de GNL - PDIRGN 2017 (Período 2018-2027) -

Relator: Dep. António Topa (PSD);

O Senhor Deputado António Topa (PSD) apresentou, nos seus termos, o Parecer sobre o PDIRGN 2017.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) cumprimentou o Senhor Deputado Relator, felicitou pelo excelente trabalho, considerou ser um trabalho exaustivo que aborda uma dimensão estratégica bastante relevante. Questionou, mencionando que o governo português está em negociação com Marrocos para construir uma ligação submarina de gás natural, o que permitiria diversificar as fontes de acesso de gás natural, porque é que a ERSE no seu Parecer não tenha feito referência a esta matéria. Por fim, sugeriu à Comissão a organização de uma conferência ou sessão de trabalhos pública, na Assembleia da República, em que estas matérias de natureza estratégica sejam discutidas.

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) elogiou o extenso e claro Parecer desenvolvido pelo Senhor Deputado Relator, referiu a importância deste processo ter escrutínio da Assembleia da República e também da necessidade do seu tratamento célere, de modo a que o governo deia o devido seguimento. De futuro, considerou ser adequado a Comissão equacionar audições sobre a matéria, até para permitir que as entidades responsáveis expliquem o conteúdo dos documentos aos Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) valorizou a forma aprofundada, desenvolvida e atenta com que o Senhor Deputado Relator se debruçou na elaboração do Parecer sobre o PDIRGN 2017. Considerou que nestas discussões a Assembleia da República e a Comissão, relativo a estas matérias, deve ter sempre subjacente uma apreciação política, mesmo quando se trate de documentos de caráter estratégico com análises de entidades reguladoras que são politicamente independentes. Sublinhou que a Assembleia da República tem a obrigação de analisar e escrutinar as implicações e os pressupostos políticos de política energética. Referiu que o Senhor Deputado António Topa (PSD) assume neste parecer uma opção, que diria, uma opção política como deputado, que tem implicações de concordância ou discordância. Observou que há

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

relatórios que são factuais e outros que têm uma opção política, contudo, afirmou que este relatório assume uma posição de concordância com os pressupostos e com a estratégica de desenvolvimento e de investimento colocada no próprio plano, salientou que o Parecer apresenta concordância com opção de política energética que a ERSE dá seguimento relativamente aos impactos tarifários, ou seja, que os custos tarifários sejam repercutidos nos consumidores. Defendeu, independentemente da valorização do trabalho realizado e da sua especificada técnica, a necessidade de uma avaliação política acerca das opções de política energética. Por fim, salientou que o voto do PCP irá refletir precisamente as opções de política energética, demonstrando a divergência com as opções políticas.

António Topa (PSD) ----- **falta rever o resto**-----

Salientou, que estamos a prenunciar sobre um plano que é apresentado, que tem parecer da ERSE, que tem consultas publicas, a questão que se põe, se as interligações com Espanha, que tem fundos comunitários estão atrasadas, porque os projetos complementares tem a haver com essas interligações, é natural que o plano não refira a interligação com Marrocos porque está muito atrasado. Considera ser um plano bastante extenso e bem elaborado, não se importa de disser que não é expressa qualquer referência a qualquer ligação a Marrocos.

Relativamente às opções estratégicas, invocado pelo Deputado Bruno Dias, nos planos anteriores de 2013, 2015 havia investimentos muito volumosos propostos pela REN que a ERSE não aprovava, e nós criticamos porque tem um impacto nas tarifas e nos consumidores, e sem estar definido o momento de execução. Neste plano a REN gasodutos apresenta dois planos (projetos base e projetos complementares), e refere que o que está a ser aprovado são os primeiros 5 anos, que considera ser investimentos cuidados e sem grandes impactos no consumidor. Afirma que faz uma apreciação favorável ao método apresentado, a distinção entre os projetos base e os projetos complementares, mostra precaução com os investimentos acelerados que podem agravar a fatura energética a pagar por parte dos consumidores.

Presidente



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.ª SL

Heitor de Sousa (BE), sugere correção às conclusões do ponto 4, de todo aquilo que foi dito, leva a que o nosso parecer seja de aprovação relativamente ao quinquénio 2019 – 2022 e não ao decénio 2018 – 2027, porque quando falamos ao decénio falamos em opções estratégicas, e para esse efeito nós precisamos de saber como vai ser o futuro as interligações a Espanha, o parecer do Senhor Deputado é focado no quinquénio deixando bastantes interrogação para o seguinte período, considerando até que esses projetos são indicativos. Considera que ao contrário do mencionado no Parecer, a A.R. não pode dar por terminada a discussão do PDIRN para o decénio 2018-2027.

António Topa (PSD)

O plano é decenal, e a pronuncia é sobre o período de 10 anos, no fundo é uma apreciação favorável. Portanto, até corroborando a rede de gasodutos que , mas também nos prenunciamos sobre os restantes 5 anos, a posição desta Comissão dá por terminada a discussão sobre este plano devendo o parecer ser encaminhado.

O Presidente, sugere que os grupos parlamentares devem manter esta matéria em agenda e sempre que considerarem conveniente chamam e atuem de acordo com a apreciação política sobre a matéria, e até aceita sugestões sobre um novo coloquio. Parecer foi aprovado com o voto contra do PCP.

2. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 238/XIII/2.ª - "Solicita a reavaliação do PENSE 2020, no que concerne à obrigação de atualização de conhecimentos na revalidação da carta de condução aos 65 anos". - Relator: Deputado Fernando Jesus (PS);

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) apresentou, nos seus termos, o projeto de relatório final da Petição supra identificada, **concluindo pela não discussão da Petição em Plenário, atendendo a só ter um subscritor.** (seja arquivada e dada conhecimento ao subscritor)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

O Senhor Presidente da Comissão submeteu o projeto de parecer final à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, e felicitou o Senhor Deputado Relator.

3. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 469/XIII/3.^a - "Por um melhor serviço público, reivindicando renovação e reforço da frota TransTejo/Soflusa"- Relator: Deputado Bruno Dias (PCP);

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) usou da palavra para apresentar o projeto de relatório final da Petição n.º 469/XIII/3.^a - "Por um melhor serviço público, reivindicando renovação e reforço da frota TransTejo/Soflusa", concluindo, contando com 4678 subscritores, a sua audição assume carácter obrigatório nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º, e, nos termos da alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 24.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei do exercício do Direito de Petição, é a mesma objeto de publicação obrigatória em Diário da Assembleia da República, sendo remetida, ao Presidente da Assembleia da República, para efeitos de agendamento da sua apreciação em Plenário.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu ao Senhor Deputado Relator e submeteu o projeto de parecer final à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

6. Apreciação e votação dos relatórios finais das Petições n.os 478/XIII/3.^a - "Solicita a realização de obras de requalificação no IP3", 495/XIII/3.^a - "Intervenção urgente no IP3, pela segurança, acessibilidade e desenvolvimento" e 504/XIII/3.^a - "Solicitam a adoção de medidas com vista à requalificação completa e adequada do IP3"- Relator: Deputado Pedro Coimbra (PS);

O Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) usou da palavra para apresentar os projetos de relatório final das Petições supra identificadas,

A Petição 478/XIII/3.^a - "Solicita a realização de obras de requalificação no IP3", só tem um peticionário, pelo que não é obrigatório a sua apreciação em plenário. (concluindo pela não discussão da Petição em Plenário, atendendo a só ter um subscritor.)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

As Petições 495/XIII/3.^a - "Intervenção urgente no IP3, pela segurança, acessibilidade e desenvolvimento" e 504/XIII/3.^a - "Solicitam a adoção de medidas com vista à requalificação completa e adequada do IP3"- Relator: Deputado Pedro Coimbra (PS), concluindo pela discussão das Petições em Plenário.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) salientou que o IP3 é uma estrada estruturante, com elevado tráfego, elevada sinistralidade, uma estrada perigosa que necessita de investimentos. Os investimentos realizados ao longo dos anos foram sempre insuficientes relativamente ao perfil da estrada. Salientou que a ligação entre Coimbra é prioritária e deve ter perfil de autoestrada. Esta situação não inviabiliza a realização de investimentos de melhoria.

Estas petições demonstram a falta de intervenção e o abandono, inclusive o estado de degradação ocorrido após incêndios de 2017, permanece vedações ardidas e sinalização destruída sem reposição.

Demonstrou preocupação, estava prevista a que esta estrada tivesse ligação à A13, contudo o governo deixou de referir esta ligação. Iria contribuir para . Em síntese defendeu obras de melhoria

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) referiu 2 das petições atendendo ao número de peticionários cabem no âmbito da reflexão que vamos ter em Plenário. Concluindo cumprimento o deputado relator.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), referiu estar a favor destes pareceres, salientou reservando para um debate em sessão plenária, não queria de deixar de salientar 2 aspetos em Comissão:

- considerou que não se está apenas de uma nova construção ou um novo desenho de itinerário, estamos a falar de segurança rodoviária, designadamente de taludes a arrear, de falta de separador central, de caminhos paralelos de acesso a propriedade inexistentes, de barreiras sonoras em zonas habitacionais, são coisas para agora, de máxima urgência, que carecem de resposta.
- deve ser sublinhado como facto lamentável que nem a IP nem o governo, pedidos de informação que não tiveram resposta até hoje;



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) a discussão política , perante tantas pessoas se deslocaram à A.R. duas entidades que não se dignaram a responder à A.R., no âmbito dos debates em OE, falar em IP3 e demonstrar preocupação em torno desta matéria, reforço da discussão com estas petições.

O Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) informou, sem prejudicar o debate político em Plenário, que já decorrem obras no IP3 que não são obras no âmbito da empreitada de requalificação integral IP3, mas sim obras de manutenção, já previstas, que visam a estabilização de taludes, melhorar o escoamento das águas pluviais e do (algumas melhorias) estado dos pavimentos. Acabam por ser obras complementares ao investimento estruturante, com início em 2019 no troço entre Penacova e Foz do Dão.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu ao Senhor Deputado Relator e submeteu o projeto de parecer final à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e votação dos relatórios finais das Petições n.os 155/XIII/1.^a - "Solicita que sejam discutidos em plenário os efeitos negativos da publicidade na sociedade portuguesa" e 197/XIII/2.^a - "Solicita que seja elaborado um estudo sobre o impacto da publicidade e dos meios de comunicação social na saúde e na educação durante a infância"- Relator: Deputado André Pinotes Baptista (PS);

O Senhor Presidente informou do adiamento da discussão dos projetos de relatórios finais das Petições supra identificadas.

8. Outros assuntos

O Presidente da Comissão informou que: o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) enviou o relatório final da Petição n.º 193/XIII/2.^a - Solicita alteração legislativa com



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

vista à imposição de minutas contratuais para os contratos de consumo e criação de registo junto da entidade reguladora, havendo consenso estamos em condições de discutir:

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) usou da palavra para apresentar o projeto de relatório final da Petição Petição n.º 193/XIII/2.^a - Solicita alteração legislativa com vista à imposição de minutas contratuais para os contratos de consumo e criação de registo junto da entidade reguladora, **concluindo pela não discussão da Petição em Plenário, atendendo a só ter um subscritor.** (seja arquivada e dada conhecimento ao subscritor)

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu ao Senhor Deputado Relator e submeteu o projeto de parecer final à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

A Senhora Deputada Fátima Ramos solicitou a palavra, relativamente ao relatório final da Petição n.º 238/XIII/2.^a - "Solicita a reavaliação do PENSE 2020, no que concerne à obrigação de atualização de conhecimentos na revalidação da carta de condução aos 65 anos". - Relator: Deputado Fernando Jesus (PS), queria salientar que a data de apresentação da Petição a referida fazia sentido porque na versão inicial do PENSE contemplava a obrigação de formação para pessoas com mais de 65 anos, no âmbito da discussão pública deixou de existir a essa obrigação, considerou ser importante ficar esta referencia porque a data foi pertinente a petição.

O senhor Deputado Fernando Jesus (PSD), considerou ser um pormenor de sua importância que pode constatar na Petição a obrigatoriedade inicial no PENSE.

O senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) teve a ocasião para ouvir os estratos da audição do Senhor Ministro da Economia relativo à putativa nomeação do Senhor Carlos Pereira para vogal da ERSE, concordando com a formulação proposta pelo Deputado Bruno Dias (PCP).



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.^a SL

Lembrar que a Conferência sobre Baixa Tensão está agendada para dia 4 de dezembro, durante a tarde, na Sala do Senado. Foi distribuído aos Coordenadores o projeto de programa de indicação das entidades convidadas. Pediu atenção e solicitou sugestões.

Lembrar a audiência com a ANAon – Associação Nacional de Apostadores online, que se vai realizar a seguir, nesta sala, presidida pelo Vice-Presidente Virgílio Macedo.

A reunião foi encerrada às 11:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de novembro de 2018.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 214/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
António Topa
Ascenso Simões
Bruno Coimbra
Francisco Rocha
Joana Lima
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Lúcia Araújo Silva
Luís Graça
Luís Vilhena
Maria da Luz Rosinha
Maria Germana Rocha
Renato Sampaio

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Heloísa Apolónia